

# Cabral não pretende incluir estabilidade no substitutivo

Da Reportagem Local e  
da Sucursal de Brasília

O deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), 55, de centro, relator da Comissão de Sistematização da Constituinte, disse ontem, em São Paulo, ser favorável à exclusão da estabilidade no emprego na Constituição. "Defendo a instabilidade e não a estabilidade", afirmou ele. "De que adianta constar da Constituição que fica assegurada a estabilidade do emprego para o resto da vida se, ao final de doze anos, a empresa vai à falência e o empregado não tem nada?", disse Cabral. Para evitar este tipo de situação, ele afirmou ser necessário criar mecanismos para que o empregado não enfrente esse tipo de instabilidade.

Cabral disse também estar preocupado em "pôr fim à inquietude do empregado e à perplexidade do empresário", para que haja uma conciliação entre ambos e "não se vejam um ao outro como inimigos".

O substitutivo de Cabral também não deverá incluir a jornada de 40 horas semanais. Depois de uma discussão com os relatores-adjuntos, Cabral decidiu incluir, em seu substitutivo, a proposta de pluralismo sindical. Apenas um sindicato, entretanto, representará cada categoria perante o Estado. A legislação ordinária determinará os critérios desta escolha. O imposto sindical passará a ser optativo na nova Constituição. Após a sindicalização do trabalhador, o imposto será descontado em folha de pagamento.

Além do "Projeto Hércules", a decisão de derrubar a estabilidade foi baseada na proposta do ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, que sugeriu o estabelecimento, por lei ordinária, de mecanismo que tornem a dispensa o último recurso da empresa. Estes mecanismos poderiam ser o estabelecimento de mais turnos na empresa ou o aumento progressivo do valor do aviso prévio conforme o tempo do trabalho.

O relator disse ainda que, em relação às discussões sobre a reforma agrária, já foi alcançado um



O deputado Bernardo Cabral, relator da Comissão de Sistematização, participa de solenidade em sua homenagem nas FMU

consenso em 80%. Uma das divergências, segundo Cabral, refere-se à imissão de posse defendida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incr), pela qual o governo apropria-se imediatamente da terra. "Os proprietários de terra não querem isso", disse Cabral.

O deputado disse que até domingo à noite o Serviço de Processamento de Dados do Senado (Prodasen) estará com as dezoito mil emendas populares encaminhadas à Constituinte devidamente cadastradas e separadas por temas. Isso permitirá que as contribuições das propostas de emendas populares sejam analisadas antes da redação final do substitutivo, a ser discutido com as lideranças do PMDB no dia 20. Cabral disse que o "Projeto Hércules", o principal subsídio para o seu substitutivo, não pode ser qualificado como do grupo "moderado", já que dos 32 deputados que o apoiavam inicialmente esse número cresceu para cem. "Viu-se

que nesse país ninguém fará nada sozinho. Tudo terá que passar pelo consenso", afirmou.

Cabral foi homenageado ontem à noite, em São Paulo, nas Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU), promovida pelo diretor-presidente das FMU, Edevaldo Alves da Silva. Estavam presentes à solenidade os governadores Orestes Quércia (SP), Alvaro Dias (PR) e Amazonino Mendes (AM), os ministros Otávio Moreira Lima (Aeronáutica), Leonidas Pires Gonçalves (Exército) e Ronaldo Costa Couto (Gabinete Civil), entre outros. Durante a tarde ele visitou o Tribunal de Justiça, a Procuradoria Geral da Justiça e a Justiça Federal. Parte do trajeto, à tarde, Cabral fez no carro de reportagem, já que o carro oficial enguiçou na avenida Liberdade (zona central da cidade). As 18h50, no Parque Ibirapuera, o relator não pôde cumprir sua última visita do dia. Como estava com quase duas

horas de atraso, o prefeito Jânio Quadros já tinha ido embora.

## Relatores-adjuntos

O deputado Ulysses Guimarães, presidente do PMDB e do Congresso constituinte, acompanhou, durante a tarde de ontem, boa parte dos trabalhos dos relatores-adjuntos que preparam o substitutivo. O grupo está dando especial atenção às emendas apresentadas pelos dois mais importantes grupos suprapartidários — "moderado" e "do consenso" — do Congresso constituinte. Afóra os seis pontos consensuais, cada grupo apresentou emendas para outros assuntos polêmicos.

O grupo do "consenso", formado por constituintes de nove partidos, apresentou sugestões para reforma agrária, reserva de mercado, meio ambiente, educação, tribunal constitucional e sistema tributário. O grupo "moderado", integrado por 54 parlamentares de cinco partidos, excluiu apenas o primeiro tema.